

O POVO DA FLORESTA E A MÃE NATUREZA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A INTER-RELAÇÃO PEDAGÓGICA SOCIAL, EDUCACIONAL E DE DIREITOS

Iari da Silva Trasmontano¹

Grupo PIPAS, Universidade Federal Fluminense, UFF (Brasil)

RESUMO:

Trata-se de um relato de experiência, no sentido de discutir sobre uma pedagogia social desvinculada do paradigma da colonização, ao caminhar para o paradigma da libertação, e ao mesmo tempo, compreender uma nova ordem social no Brasil, referente a inclusão, a promoção da dignidade e o respeito aos povos indígenas, na valorização de suas culturas, linguagens e tradições, no desenvolvimento sustentável e autônomo das comunidades, na garantia de direitos e preservação do meio-ambiente. Tem como objetivo inter-relacionar sob a tríade da Pedagogia Social, da Educação e dos Direitos Humanos, a simbiose entre o Povo da Floresta e a Mãe Natureza, frente à convivência em sociedade. Não cabe a Pedagogia social a exclusão. Porque um dos seus desafios é produzir novas perspectiva para abordagem dos problemas e desafios ligados ao bem-estar social e à qualidade de vida, fornecendo suporte para os profissionais que trabalham na Educação e na Pedagogia Social. Ao povo da floresta obter uma transformação nas estruturas sociais mais justa aos Direitos Humanos, Empoderamento e um Desenvolvimento Comunitário. A Pedagogia Social não fecha em conceito. Complementa-se em conceitos. O encontro do grupo de pesquisa pedagogia social fomenta em nós as

¹ Licenciatura em Estudos Sociais – Faculdade de Formação de Professores | UERJ; Graduada na Área Técnica pela Faculdade Plínio Leite; Especialista em Administração Escolar – Universidade Cândido Mendes | UCAM; Especialista em Ciência da Religião – Faculdade de Minas Gerais | FACUMES. Aluna do Curso de Extensão em Pedagogia Social para o Século XXI (PIPAS) – Faculdade de Educação – Universidade Federal Fluminense | UFF. Presidente da Instituição Beneficente Amigos Solidários (IBAS).
E-mail: iari10st@yahoo.com

escritas dos nossos estudos, e apontamentos, e carrega com sigo a sede deste conhecimento nos provocando profissionais da educação, mesmo em espaços diferentes, a necessidade de disseminar a pedagogia social nas práticas do nosso cotidiano.

PALAVRAS-CHAVES: Indígenas; Povo da Floresta; Pedagogia Social; Educação; Direitos Humanos.

RESUMEN:

Se trata de un relato de experiencia, en el sentido de discutir sobre una pedagogía social desvinculada del paradigma de la colonización, avanzando hacia el paradigma de la liberación, y al mismo tiempo, comprender un nuevo orden social en Brasil, que se refiere a la inclusión, la promoción de la dignidad y el respeto a los pueblos indígenas, en la valorización de sus culturas, lenguas y tradiciones, en el desarrollo sostenible y autónomo de las comunidades, en la garantía de derechos y preservación del medio ambiente. Tiene como objetivo interrelacionar bajo la tríada de la Pedagogía Social, la Educación y los Derechos Humanos, la simbiosis entre el Pueblo de la Selva y la Madre Naturaleza, frente a la convivencia en sociedad. No corresponde a la pedagogía social la exclusión. Porque uno de sus desafíos es producir nuevas perspectivas para abordar los problemas y desafíos relacionados con el bienestar social y la calidad de vida, proporcionando apoyo a los profesionales que trabajan en Educación y Pedagogía Social. Al obtener el pueblo de la selva una transformación en las estructuras sociales más justa a los Derechos Humanos, Empoderamiento y un Desarrollo Comunitario. La Pedagogía Social no se cierra en concepto. Se complementa en conceptos. El encuentro del grupo de investigación en pedagogía social fomenta en nosotros las escrituras de nuestros estudios, y apuntes, y carga consigo la sed de este conocimiento, provocándonos como profesionales de la educación, incluso en espacios diferentes, la necesidad de diseminar la pedagogía social en las prácticas de nuestro cotidiano.

PALABRAS CLAVE: Indígenas; Pueblo de la Selva; Pedagogía Social; Educación; Derechos Humanos.

INTRODUÇÃO

Em tempo, a Pedagogia Social tem trazido uma educação integrada na paz e não na violência, ao desenvolver a união das pacificidades de cultura do “Ser para o Ter”, numa visão holística de aprendizagem, ensino, valorização do outro e respeito. Assim, busca-se refletir acerca dos ideais de unidade da humanidade, convivência fraterna e pacífica das culturas, em uma única “Casa Comum”. Nisto, compreende-se que o exercício da cidadania, um direito humano e um dos princípios da educação, traz consigo a conscientização de que a Mãe Terra, esta “Casa Comum”, não tolera guerra, mas é receptiva ao amor, ao cuidado, à escuta, à solidariedade e ao acolhimento de todos os seres. Conforme Martins (2019), a “Pedagogia Social à serviço da vida e em prol da Humanidade, avança na direção de acolher vidas, resgatar pessoas, estabelecer pactos e instaurar poder”.

Logo, uma educação que toca as almas, é, antes de tudo, a mesma que transforma vidas, numa pedagogia social que nos escolhe e acolhe, similar à espera de uma grande colheita, sendo necessário para o alcance dos resultados – arar a terra, prepará-la para o plantio e tempo favorável, afim de que se possa colher: justiça, inclusão social e garantia de direitos; respeito, compromisso e responsabilização com a Terra e com os Povos; ressignificação dos saberes, e a superação de impostos pela sociedade, que limitem a formação integral de um ser, significativamente humano e natural desta “Mãe”.

Para tanto, em vista das breves considerações, este estudo tem um olhar sensível ao “Povo da Floresta”, considerado os sábios guardiões desta Terra, que abraçou toda uma humanidade e diversidade de seres, para nela habitá-la. Tal conduta, corroborou como base para uma “política de libertação”, uma “filosofia de libertação” e uma “pedagogia de libertação”, que influenciam, até os dias atuais, nas práxis dos movimentos sociais e populares da América Latina. Destarte, emergiu a Pedagogia Social, a Educação Social e os Direitos Humanos voltados aos Povos Originários Indígenas.

Tem-se por desafio, descrever uma pedagogia desvinculada do paradigma da colonização, ao caminhar para o paradigma da libertação, e ao mesmo tempo, compreender uma nova ordem social no Brasil, onde:

- O acesso à educação, à dignidade e ao respeito aos indígenas, seja considerado durante a implantação de Programas de Educação voltados a valorização de suas culturas, linguagens e tradições;
- O desenvolvimento comunitário contribua para o desenvolvimento sustentável e autônomo das comunidades indígenas;
- As garantias dos Direitos Humanos tragam melhoras na qualidade de vida, no fortalecimento da identidade cultural e no desenvolvimento de habilidades.

Neste ponto, a Constituição Federal de 1988, trouxe base legal e conceitual de mudança de paradigmas, ao que antes tratava-se de uma relação colonial, para novas possibilidades e pensamentos. Visto ser urgente refletir sobre estes povos, através de suas formas de resistência, preservação dos seus territórios e riquezas naturais, bem como, na garantia dos direitos humanos que lhes foram outorgados.

Os indígenas foram as primeiras vítimas dos descobridores, ao reagirem à escravidão, ensaiada pela Coroa Portuguesa inflamada de discursos jesuítas: Seriam estes possuidores de alma? Seriam humanos como os demais?

Todavia, tais discursos contrastam com o “ser indígena”, um ser imbuído de corpo e alma, filho da Mãe Natureza. Para estes, a escola da vida é o amor: pelos pais e irmãos da tribo, pelos animais, plantas e própria Casa Comum. É natural à sua a tradição: disciplina, ordem e amor. Independente de uma história sofrida, marcada por mortes, guerras, exclusão, estes não perdem a garra de lutar por aquilo que lhes traz prazer de viver: “Preservação da Mãe Terra”.

Sendo assim, a Pedagogia Social luta no presente, para superar a exclusão do passado, e projetar para o futuro os “As” de “Aceitação, Acolhimento e Aprendizado”. E pensa neste, na sua construção

enquanto humano, ser social e histórico, através de um olhar de compaixão, de solidariedade e de humanidade.

O Povo da Floresta tem direito de ser incluído e considerado, principalmente, em decisões e em questões ambientais e de trato com a terra, assuntos referentes a floresta e demais recursos naturais. Isto também se trata de uma questão de sobrevivência e preservação dos indígenas, visto que estes precisam desta garantia, pois dependem disto para se manterem em seus territórios, suas casas, e destes recursos naturais, se alimentarem, produzirem e abrigarem. Isto é ilustrado no seguinte poema de Márcia Wayna Kambeba (s.d.):

O choro da Terra

Quando em mim a vida se fez Te maldei e te formei

Fui cuidando, te alimentando

Na velhice te abriguei

Tu em resposta me adubava Consumia o que precisava Não tinha plástico, nem poluente

Convivia em paz com a tua gente.

Mas eu vi o progresso chegar,

Aos poucos comecei a sangrar,

Retalhadas por fronteiras,

Fui alvo de luta e dor,

Poluída enfraquecida estou.

Segue o peso do mundo, Abrigo plantas e animais,

Eu sou a herança que Mãira te deu.

E uso luta pela vida,

O choro não é só meu, Pela vida e biodiversidade,

Não faz maldade, pensa no filho teu.

E, portanto, a luta pela terra, pela sobrevivência e pela identidade na floresta é um aprendizado constante, pois precisam de ambientes preservados para se sentirem “um” com estes, numa noção de pertença e completude. Nestes ambientes, também estabelecem conexões, que transpõem a experiência, sendo um caminho de conexão e transcendência pacífica com Deus, a natureza e integração com a tribo.

Para a Pedagogia Social, os indígenas, enquanto nativos de uma região ou território, não só precisam da terra para sobreviverem, mas também se autoconhecerem enquanto “povo”, na construção de uma identidade própria. Segundo Martins (2019), estes por “anos afins vivem nela, caçam e a exploram, mas nunca destruíram, por isso defendem o seu espaço, a natureza em favor de todos”. Então, “saltar pipas exige domínio da terra, da água e do ar”. Enquanto isto, “a vida, restaura sentidos, amplia fazeres e deveres”.

Um retorno à “Teoria dos Três As”, referente a esta pedagogia proposta, Araújo (2015) afirma: “havendo Acolhimento e Aceitação, haverá Aprendizagem”. Isto se aplica em qualquer nível de escolaridade e funciona em qualquer idade, e trata-se de um postulado, capaz de decifrar o código de convivência humana.

Com os estudos realizados, aprofunda-se na experiência da unicidade humana, a qual exige um processo de autoconfiguração e o entendimento de que o caminho do aprendizado, uma vez compartilhado, constrói um mundo mais justo e potencializado. É um movimento vívido, que forma e transforma o ser, sem nenhuma fronteira. São luzeiros que clareia caminhos, fortalecendo sonhos e a busca de inovações pedagógicas.

DISCUSSÃO

ITINERANTES DAS LEMBRANÇAS

Este povo vive em um território que compreende regiões no Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina, e se diferencia interiormente em diversos grupos muitos semelhantes entre si, nos aspectos fundamentais de sua cultura e Organizações sociopolíticas, porém, diferentes no modo de falar a língua Guarani, de praticar uma religião distintas no que diz respeito às tecnologias que aplicam na relação com o meio ambiente.

Tais diferenças, que podem ser consideradas do ponto de vista do não indígena, cumprem o papel de mercadores étnicos, distinguindo comunidades políticas exclusivas. Esses grupos recorrem a origem e à proximidade histórica, linguística e cultural, ao mesmo tempo, diferenciam-se entre si como forma de manter suas organizações sociopolíticas e econômica.

Simultaneamente o processo de auto-organização política dos povos indígena no Brasil, diversas outras ações foram por eles desencadeadas, assumindo cada vez mais desempenhando o papel de professores, agente de saúde, escritores, documentaristas, pesquisadores, entre outros, sempre divulgando suas lutas e, principalmente, suas ricas culturas e modos de vida diferentes.

A incorporação da educação escolar pelos povos indígenas e o consequente domínio da escrita tem permitido a formação de sucessivas gerações de professores indígenas que, por sua vez, tem produzido uma série de materiais didáticos nos quais a autoria indígena é cada vez mais marcante.

SOBRE A ALDEIA SAPUKAI

Situa a cerca de 6km da rodovia BR-101, do distrito de Brakui e em região montanhosa cercada de Mata Atlântica, a Aldeia Sapukai possui atualmente 660 habitantes guaranis, distribuídos em 100 famílias. Liderada pelo Cacique Aldo. Vivem no alto da Serra, em meio a Mata Atlântica, de vista

para o mar, tradicionalmente agricultores, mantem roças familiares e plantado em sistema de rodízio, principalmente alimentos: milho (waiti), mandioca (mandio), batata-doce (djety), amendoim (manduv) e feijão (kumandá), uma média de 3 hectares por ano.

Pescam, caçam e colhem frutinhas no mato. Tem plantado árvores (o'y) frutíferas como complemento alimentar, abacateiro e banana, próximo a sua habitação. A mata é necessária para a construção de casa, cestas, arcos, ornamentos e objeto rituais, magias e religiosos. A casa de reza (opy) ocupa lugar de destaque convergindo para ela todas as atividades significativas da aldeia. É no pátio, em frente a (opY). que se realizam as danças lúdicas guaranis, quando todos ao som do violão e da rebeca um tipo de violino rústico. A música é muito apreciada pelos indígenas.

NOSSA ESCOLA “KARAI KUERY RENDA

Em 14/07/2018, inaugura a Escola na Aldeia Sapukai, colégio indígena estadual “Karai Kuery Renda”. A Escola é bilíngue, já produz uma cartilha guarani para alfabetização, e um livro contando a história dos contatos com os não índios do ponto de vista do guarani. As crianças aprendem primeiro em Guaranis, a partir do terceiro ano, também são alfabetizados em português, facilitando sua interação tanto na comunidade quanto na sociedade externa. A escola busca respeita os princípios e saberes tradicionais, promovendo uma pedagogia que valoriza a oralidade e a participação comunitária.

Julio Karay, que faz parte da Comissão Guarani Yrueupé, diz que este avanço da Educação na aldeia faz bem aos estudos e ao magistério indígena traz ótimas oportunidade para o povo de adquirir conhecimento do mundo Juruá (branco).

Os indígenas têm conquistado cadeiras acadêmicas nas faculdades, ainda que longe, permanecem conquistando. Temos o exemplo do Prof. Sociólogo e Mestre em Meio Ambiente, o Algemiro Karai Mirim filho do ex-cacique João da Silva e o Técnico Agrícola Lucas Myrim etc.

Paulo freire afirma que a “educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas encontro de sujeitos interlocutores que buscam significação de significados” (Freire, 1977, p. 69).

RAÍZES PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO AOS INDÍGENAS NO COLÉGIO “KARAI KUERY” -BRAKUI

Sabemos que o conhecimento se constitui na interpretação que damos aos fatos através de nossa interação com o mundo físico, social e espiritual.

- a) O aluno deixa de ser um mero receptor de informações e passa a ser produtor de conhecimentos, na medida em que ele constrói as representações do mundo que o cerca a partir de suas próprias experiências de vida.
- b) O professor deve ser um mero transmissor de conhecimento e assume a função do mediador/facilitador do processo da aprendizagem, ou seja, ele passa a exercer o papel de catalisador do processo de construção do conhecimento.
- c) A escola é lugar privilegiado do desenvolvimento intelectual do aluno cabendo a ela proporcionar as condições que favorecem este pleno desenvolvimento e enriquecê-la através de atividades extracurriculares criativas.
- d) Nas perspectivas pedagógicas, a socialização entre os alunos/indígena merece destaque. Entendendo os valores da Mãe Terra, os valores sociais a cultura do seu povo, os direitos e deveres as responsabilidades, e desenvolvimento a cidadania.

DESAFIOS

A proteção aos povos indígenas e suas terras é uma questão urgente e o Estado tem como obrigação garantir a segurança e dignidade humana aos povos. Por algumas tribos viverem de forma isolada, muitas sofrem com a falta de acesso à saúde, sendo vítimas fáceis de doenças vírus.

FILOSOFIAS DOS INDÍGENAS GUARANIS DA ALDEIA BRAKUI-ANGRA DOS REIS-RJ

- Aqui nós preservamos a floresta, a família e a nossa cultura. (S. M)
- Nossas crianças são educadas com os exemplos dos nossos ancestrais, amor, respeito e disciplina. (P.C)
- Jamais desistiremos de guerrear em paz pelos nossos direitos da mãe natureza. (W. M.)
- Eu busco ser feliz. O nosso povo é sofrido e perseguido! (P. M.)
- As visitas nos alegram, nos confortam e nos acolhem. (F. M)
- Chorei quando inauguraram a Escola, eu gosto de estudar, serei professora. (A. M.) - Sou Cambeba escuto sim, no toque de todos os tambores, na força de todos os arcos, no sangue derramado que ainda colore essa terra que é nossa. (M. W. K.)
- Vivo aqui há 55 anos nunca fui a cidade, só vejo o mar daqui de cima. (S. M).
- Vejo pessoas diferentes quando visitam a aldeia. Gosto muito. (W. K. K.)
- Os guaranis adoram os lanches que o povo branco doa para tribo. (A. M.)
- Que os Direitos Humanos vejam com profundidade e respeito lançados na Constituição o nosso direito de ter e servir a comunidade das Aldeias. (A. M.)

INDÍGENAS EM DESTAQUES NA POLÍTICA BRASIL

Sonia Guajajara- Ministra dos Povos Indígenas, é uma figura central na articulação de políticas públicas e na defesa dos direitos dos povos originários. Além de ter participação ativa em fóruns internacionais humanos.

Txai Surui-Ativista ambiental que ganhou proteção ao discursar na COP26 em 2021. Recentemente, ela continua criticando projeto que afetam as terras indígenas, como o “marco temporal”, e participou de debates em eventos culturais como a Festa Literária Internacional de Paraty - FLIP 2024.

Dinamam Tuxá-Coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), atua na mobilização indígenas para ocupar espaços de poder político. Seu trabalho é essencial para promoção de candidaturas indígenas e fortalecimento das políticas institucionais. Esses líderes são exemplos de uma geração engajada na defesa dos direitos territoriais e culturais, além de buscarem visibilidade para causas ambientais e internacionais.

POETAS INDÍGENAS EM DESTAQUES QUE USAM DA LITERATURA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA CULTURAL E ATIVISMO:

Daniel Munduruku, Kaká Werá, e Olívio Jekupé, pioneiros no ano 1990, com obras que refletem as tradições e a identidade dos seus povos originários.

Posteriormente outros nomes: Eliane Potiguara e Márcia Wayna Kaambeba, atuam como ativistas e escritoras.

Julie Dorrico, povo Macuxi, valoriza a literatura indígena e a importância memória ancestral.

Aline Rochedo Pachamama, do povo puri, também se destaca por seus projetos literários que envolvam mulheres indígenas e culturas urbanas. Projetos como o “Guerreiras da Ancestralidade”, recebeu o Prêmio Jabuti, mostra a força da literatura indígena contemporânea como um meio de afirmação e fomento à literatura no Brasil.

Cacique Raoni “A natureza é nosso pulmão. Se acabar com a natureza, não conseguiremos mais sobreviver, não vamos ter mais ar para respirar.”

ARTE INDÍGENA

Bastante variadas, mas tem no uso de elementos da terra a própria característica. Pintura corporal, feitas por tintas naturais encontradas em frutas diversas. Que provinha do jenipapo, semente de urucum. Os desenhos feitos para comemoração e rituais. Outro tipo de arte, são as penas e plumas de animais e a produção de flechas, cocares e outros adornos, todos tingidos com tintas naturais.

RELIGIÃO

A característica com os povos indígenas brasileiros no que tange à religião é o Xaminismo.

É o Xamã o responsável pela condução dos rituais. Entre os povos guaranis, o xamã é denominado pajé, a pessoa que lida com as conexões entre seres vivos.

Os guaranis, por terem um contato secular, se diferem daquele indígena clássico, paramentados com cocares e a população não-índia, entretanto, de maneira mais pobre.

GASTRONOMIA INDÍGENA

A alimentação indígena tem como alicerce os produtos naturais, coletados, pescado ou caçados da própria região que eles estão localizados. É necessário enfatizar a importância de manter preservada a gastronomia indígena. Esta alimentação tem sido herança ancestrais e culturais do povo indígena na vida dos brasileiros, porque todos os dias eles comem o que fazem parte da herança cultural. Suas frutas, (manga, graviola, abacaxi, banana, castanha do Brasil, entre outras); raízes, (mandiocas, macaxera, cará); e carne (peixe), temos tapioca, milho, beiju, pamonha e canjica.

MENOS PRECONCEITOS E MAIS ÍNDIOS

Boff (2012) diz: o ser humano quando coopera gera a comunidade e participação de todos na construção de um mundo no qual todos possam caber e viver minimamente felizes. Esta é a nova centralidade social, a nova racionalidade necessária e salvadora.

O sentimento profundo de pertença, de solidariedade, de familiaridade, de hospitalidade, de cuidado e de tolerância, sentados todos à mesa, desfrutando juntos a generosidade da natureza.

O ser humano, sim, porque ele tem um coração que sente a chaga do outro coração e se compadecer-se dele. Construimos o mundo a partir de laços afetivos, assim, os diretos humanos, a educação e a pedagogia humanística tornam-se laços preciosos, portadores de valor e infinitamente adoráveis.

O Instituto Socioambiental (ISA), convida o Brasil a olhar os povos indígenas com mais generosidade, respeito e sem preconceito.

O índio como cada um de nós, são donos de sua identidade e incorporam o que quiserem no mundo que os rodeiam, sem deixar de ser índio.

A Paz brota do amor inquieto da humanidade!

A Paz do movimento pela paz! O relacionar com Deus e a natureza, traz completa paz!

Boff (1998) nos diz: Sem o cuidado, ele (o homem) deixa de ser humano. Se não receber cuidado desde o crescimento, o ser humano desestrutura-se, a vida perde sentido e morre”. Penso que de uma forma ou de outra, tenhamos coincidência disso ou não, as profissões nos remetem ao cuidado com o outros com o próximo e, porque não dizer, com o planeta. Drumont também nos alerta para a mesma questão levantada por Boff e nos dá pistas para fazê-lo no dizer que: “A defesa da terra começa no interior de cada um de nós”

É preciso silenciar.
Para pulsa na solução,
De frear o homem branco,
Defendendo o nosso lar,
Fonte de vida e beleza,
Para nós para a nossa Nação”.
(Márcia Mayna)

Será que podemos ver, que a terra é viva, ela não pode ter dono? Cuidar da Natureza que ela cuidará de nós!

CONCLUSÃO

A Pedagogia Social, em tempo na terra indígena trabalha pela restauração da confiança dessas pessoas, com toda a complexidade social, política- econômica e pessoais decorrentes de injustiças sociais profundas.

Todos os seres humanos têm latentes os potenciais da espécie. E a transmissão cultural de saberes que os ensinam a serem humanos de forma particular, isto é, como ser um indígena Kaiowá (povo da floresta), um brasileiro de idioma do sul do país.

Conhecer e transformar a realidade requer a transformação das subjetividades. Olhar a inseparabilidade entre pessoa e meio, o que significa olhar para a devastação.

A Pedagogia Social aposta na Educação dos sentimentos, das relações e das potencialidades, em diálogo com a possibilidade de educar a natureza interna e externa a ela.

Diálogos e estudos, sobre o viver coletivo, viver com convivência, fazem-se necessários. Assim a Pedagogia Social “acolhe os excluídos, da educação e da vida”. Martins -PS sec. XXI, 2019.

Por outro lado, o desafio é escrever uma pedagogia desvinculada do paradigma da colonização, caminhando para o paradigma da libertação, e, ao, mesmo tempo compreender a nova ordem social do Brasil.

As ações desenvolvidas se revelaram de implementação viável, e adequada para agregar diferentes publicações através de uma perspectiva dialógica inclusiva. Porém, os valores postos pelos Direitos Humanos ressaltam o exercício social de convivência nas diferenças, trazendo à luz a necessidade de, também, olharmos o espaço social como a possibilidade do “dever” do ser humano. Esse é o exercício da “poiesis”, ou seja, ato criativo pelo qual fomos chamados, atrelado a nossa própria natureza humana, para nos modificar e modificarmos o nosso entorno.

O exercício contínuo da convivência dos Direitos Humanos nos possibilita a flexibilização do nosso juízo de valor diante das realidades que vivemos. Ao mesmo tempo que aguça o nosso juízo de realidade para estabelecermos a solidariedade necessárias em todas as nossas atividades do mundo. Uma educação na qual os direitos humanos investiram no processo socioeducacional que nos habilite a conviver no mesmo espaço físico, cultural e efetivo e, assim entendemos que a convivência nos faz sermos responsáveis uns pelos outros através da solidariedade.

A Pedagogia Social que é holística, se faz necessário em sua relevância que o papel do pedagogo, educador social, sofre influência sobre a maneira na relação educador e educando, pois vem do encontro a mudança de paradigmas.

Na construção de um trabalho pedagógico em rede, a convivência nos seus três aspectos (natureza humana, relacional e cidadania) se faz fundamental, pois, a partir dessas bases, podemos atuar de forma eficaz valorizando as culturas e as lógicas dos grupos de indivíduos que convivem em espaços sociais comum tentando resolver os seus déficits sociais e econômicos.

O Governo brasileiro tem implantado várias ações para melhorar a Educação indígena, considerando a Pedagogia Social e os Direitos Humanos.

Algumas dessas ações incluem:

- 1- Reconhecimento de Direitos/Constituição Federal/Convenção n.169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- 2- Legislação específica/Resolução n.3/1999, estabelece Diretrizes de Educação Indígenas;
- 3- Participação Comunitária. Apesar destes avanços, ainda existem desafios significativos, como: Implementação ineficaz/Desrespeito aos Direitos.

Sendo Educadora Social, parto das primícias que ao trabalhar com a Pedagogia Social, Educação e os Direitos Humanos, ganha uma relevância primordial nas relações estabelecidas nos grupos de atuação e nas práticas socioeducativas em qualquer situação em lutar pela justiça e solidariedade social.

Mais do que tudo é aproveitar os conhecimentos já adquiridos com base para a formação de novos conhecimentos, comprometidos com o mundo real dos alunos/indígenas e estabelecendo assim ligação entre o cotidiano vivido e o saber escolarizado. De modo a estimular a construção e reconstrução de conhecimento e mobilizar o raciocínio, a experimentação, a solução de problemas e outras competências cognitivas superiores.

É importante que o Governo continue trabalhando para superar esses desafios e garantir que a Educação indígena seja respeitosa e inclusiva, considerando as especificidades culturais e linguística dos povos indígenas.

O Ministério da Educação tem atuado na condução de Programas Ações e iniciativas voltadas à garantia do Direito à Educação Escolar Indígena de qualidade, nos atendimentos a demandas das comunidades e valorização de seus aspectos étnicos, culturais, linguísticos e territoriais. A Constituição Federal, 1988, e as normas legais voltadas para o Direito Educacional dos povos indígenas, preconizam as garantias de uma escola indígena diferenciada, conduzida pelos princípios da igualdade social, das diferenças, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade.

Embora tenham ocorrido vários avanços a área da educação escolar indígena no campo jurídico, é preciso avaliar ainda mais. É necessário que a Política Pública voltadas para os povos indígenas possa contemplar os vários contextos em que esses alunos indígenas estão inseridos.

Nas aldeias as vozes ecoam. Resistência? Sim Senhor! A mãe natureza geme!

“Do Senhor é a Terra e sua plenitude, o mundo e todos os que nela habitam.” Sl: 24:1.

BIBLIOGRAFIA

BOFF, Leonardo. **A Força da Ternura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Animus/Anima, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigos 205 a 214.

CLEMENTE, João de Souza Neto. **Pedagogia Social do Séc. XXI**. v. 1. Curitiba: Editora CRV, 2019. p. 11.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Apud CLEMENTE, João de Souza Neto. **Pedagogia Social do Séc. XXI**. v. 1. Curitiba: Editora CRV, 2019. p. 171.

MARTINS, Margareth de Araújo. **Pedagogia Social do Século XXI**. v. 8, 1. ed. São Paulo: Editora Expressão e Arte, 2015. p. 22.

THOMPSON, A. **Cadeias Temáticas**. 4. ed. Flórida, EUA: Editora Vida, 1995.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO: da Silva Trasmontano, Iari (2025), **O Povo da Floresta e a Mãe Natureza: Um relato de experiência sobre a inter-relação pedagógica social, educacional e de direitos**. En: <http://quadersanimacio.net> nº 42, Julio 2025; ISSN: 1698-4404